



Banco BMC S.A.

ACERTO EXTERNO

Dívida Externa Brasil pretende negociar um novo acordo "stand-by" sem desembolso trimestral

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro negociará, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), um acordo do tipo "stand-by" acautelatório, que demanda as mesmas condicionalidades de um "stand-by" tradicional, mas não produz desembolsos trimestrais de recursos para o País. Esse modelo de acordo, definido durante a viagem da missão técnica brasileira a Washington, na semana passada, renderá, no máximo, um empréstimo de US\$ 300 milhões, para compor parte das garantias — de US\$ 2,8 bilhões — necessárias ao acordo de reestruturação da dívida externa, de US\$ 35 bilhões, junto aos bancos privados.

Essa informação foi dada ontem pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, que chefiou a missão técnica que retomou as negociações com o FMI. Ele considerou que o programa econômico do governo, que sustentará o "stand-by" acautelatório, foi bem aceito pelo Fundo, pela ênfase que dá ao ajuste fiscal definitivo. "Primeiro, o programa vai combater as causas, os fundamentos da inflação, para depois, em 94, podermos trabalhar com uma política monetária e uma desindexação progressiva, aí atacando a inflação propriamente dita."

A solução encontrada pelo governo brasileiro e o FMI é aceita pelos bancos credores. Ontem o presidente do Citicorp, John Reed, e o vice-presidente do Citicorp e presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, tiveram um encontro com o presidente Itamar Franco e almoçaram com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e toda a equipe econômica. Saíram animados com a determinação do presidente da República em fazer um acordo com o Fundo e com as bases do programa econômico que está sendo conduzido pelo ministro da Fazenda.

GARANTIAS COLATERAIS

"Achamos que vai haver acordo de algum tipo com o FMI. Tecnicamente, para os bancos, o que interessa é a emissão de bônus do Tesouro norte-americano", para dar as garantias colaterais ao acordo, explicou Reed. O Tesouro norte-americano, por sua vez, exige como condição para fazer uma emissão especial de bônus com prazo de trinta anos (o governo dos EUA não trabalha mais com títulos tão longos) um acordo com o FMI.

Entre este mês de agosto e meados de setembro, o comitê e os bancos credores trabalharão na documentação do acordo de reestruturação da dívida de US\$ 35 bilhões. Ao final deste mês, a missão técnica do FMI virá ao Brasil para detalhar e discutir as metas para 1993 e 1994. Os prazos entre um desfecho do acordo da dívida — em 30 de novembro haverá a troca dos títulos da dívida velha pelos bônus da dívida nova — e a conclusão de um acordo com o Fundo podem não coincidir. Segundo Rhodes, isso não traria problemas, pois o governo dos EUA, considerando que as negociações com o FMI avançam na direção do entendimento, poderia antecipadamente emitir os bônus do Tesouro norte-americano. "O ministro da Fazenda está confiante, que vai chegar a um acordo com o FMI e disse que po-

demos continuar", assegurou Rhodes.

Se o FMI comparecer com US\$ 300 milhões para as garantias colaterais e as demais instituições multilaterais (BIRD e BID) aportarem, cada uma, o mesmo montante, totalizam-se US\$ 900 milhões, que, somados aos US\$ 1,6 bilhão de reservas cambiais brasileiras e aos US\$ 300 milhões de "new money" (só o Citibank entrou com US\$ 230 milhões de "new money", segundo Rhodes), estariam fechando os recursos necessários para as garantias ao acordo da dívida.

COISAS ESTÃO MELHORES

John Reed disse que "as coisas no Brasil estão melhores do que eu pensava. Antes, a reputação do Brasil lá fora era melhor do que a realidade. Hoje, é o contrário". Rhodes, que esteve apenas algumas horas no País — chegou ontem pela manhã e retornou à noite a Nova York —, teve, também, um encontro com o senador José Fogaça, a quem conheceu em Washington no ano passado, quando o senador acompanhou o ex-ministro Márcio Marques Moreira, por ocasião da reunião anual do FMI/BIRD. Rhodes manifestou interesse na maior aproximação com o Senado Federal e Fogaça aventou a possibilidade de agendar uma reunião entre a missão técnica do FMI, que vem ao País no final deste mês, e a comissão de assuntos econômicos do Senado.

O secretário de Política Econômica, que ontem pela manhã fez um relato das conversas com o Fundo Monetário para a equipe do Ministério da Fazenda e do Planejamento, com a presença dos dois ministros, garantiu que desta vez os entendimentos com o Fundo serão diferentes. No passado, "os carros foram colocados na frente dos bois, com políticas de desindexação sendo praticadas sem ter os fundamentos fiscais". Durante a gestão do ex-ministro Márcio, o programa recebeu críticas do Banco Mundial por ser "de uma perna só", com ênfase na política monetária apenas. Agora, este governo tem uma chance única de poder combinar as negociações com o Fundo com a implementação do programa econômico e a "feliz" coincidência de uma revisão constitucional. "De 1988 para cá, o País teve 'band aids' fiscais. Agora, vamos propor, na revisão constitucional, um novo sistema fiscal", disse ele.

Assim da agenda de discussão com os técnicos do FMI constarão não só as projeções numéricas das metas para 1993 e 1994, mas também uma discussão "qualitativa sobre o 'big-bang' da reforma do Estado". Segundo Fritsch, a área econômica apresentará à nação, durante a revisão constitucional, "a continuação do programa de ação imediata e isso fará parte do acordo com o Fundo Monetário".

A necessidade de optar por um "stand-by" acautelatório, que é um modelo anterior ao "stand-by" tradicional (de tranches superiores), decorreu exatamente dessa questão: somente a partir de outubro é que o governo poderá realmente iniciar uma proposta de ajuste fiscal definitiva, no bojo da revisão constitucional, e há uma boa dose de imponderabilidade quanto aos resultados da reforma da Constituição.